








## Editorial

  **Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega**  
Editora Chefe  
mariacristinavidotte@ufg.br

  **Thiago Henrique Costa Silva**  
Editor Adjunto  
thiagohcs@discente.ufg.br

  **Adenevaldo Teles Junior**  
Equipe Editorial  
adenevaldo.teles@discente.ufg.br

 **Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos**  
Equipe Editorial  
adriano\_vasconcelos@discente.ufg.br

  **Leandro Campêlo de Moraes**  
Equipe Editorial  
campelomoraes@discente.ufg.br

 **Marilia Araujo Caixeta**  
Equipe Editorial  
marilia.caixeta27@gmail.com

A Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, tem como objetivo contribuir com a disseminação do conhecimento jurídico em suas diversas áreas, com destaque para o Direito Agrário, campo de sua gênese.

Cada publicação do periódico também contempla temas relacionados à teoria e filosofia do Direito, bem como ao Direito Socioambiental. Os trabalhos científicos eleitos para cada publicação expressam uma visão crítica para as discussões acadêmicas, e buscam contribuir com a transformação social.

Os textos apresentados atendem a critérios de diversidade e pluralidade autoral e temática. Nesta edição, os textos abordam

## Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

temáticas como a perspectiva da filosofia africana do Ubuntu sobre o meio ambiente; o princípio da vedação do retrocesso ambiental; a construção do conceito de consumo responsável; os desafios inerentes à proteção de dados em uma sociedade informatizada; os direitos fundamentais e de personalidade, no contexto da sociedade informacional; as plataformas digitais e a regulação trabalhista; o anticiganismo e a permanência colonial no Direito brasileiro; liberdade religiosa na Espanha; a Convenção de Nova Iorque; o regime jurídico do maior acompanhado para o consentimento em atos de saúde em Portugal; e sobre patrimônio imaterial em Havana, Cuba.

Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Nicolle Sayuri França Uyetaqui, e Chico Hermelino apresentam o Ubuntu como uma filosofia alternativa aos problemas ecológicos e ambientais da modernidade. A reflexão vale-se do conceito de Ubuntu, que busca entender a coletividade de modo mais integral para o alcance do equilíbrio e harmonia com a natureza.

O estudo empreendido por Bárbara Michele Morais Kunde e Jorge Renato dos Reis, por sua vez, trata da construção de um novo conceito de consumo responsável através do princípio constitucional da solidariedade, aliado ao princípio da dignidade da pessoa humana, com enfoque nas “comunidades que sustentam a agricultura”.

Eriberto Francisco Bevilaqua Marin e Giovani Martins de Araújo Mascarenhas apresentam o resultado de pesquisa que investiga a aplicação do princípio da vedação do retrocesso ambiental pelo Supremo Tribunal Federal (STF), nos julgamentos das ações diretas de (in)constitucionalidades interpostas em face da criação das Áreas Rurais Consolidadas, reguladas pela Lei nº 12.651, de 2012, que dispõe sobre a Lei Florestal brasileira.

Três artigos discutem os desafios relacionados à informatização. No primeiro, os direitos fundamentais e os direitos de personalidade, no contexto da sociedade informacional, são abordados por Cíntia Rosa Pereira de Lima e Eliana Neme Franco, que

## Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

apontam uma série de desafios para os estudantes e profissionais do Direito, como o reconhecimento e a efetividade dos direitos fundamentais, para a garantia da dignidade da pessoa humana no ambiente virtual.

O tema da regulação do trabalho em plataformas digitais é abordado por Murilo Carvalho Sampaio Oliveira, que discute o resgate da ideia de dependência econômica, apresentando uma reflexão crítica sobre as questões semânticas nas relações trabalhistas e os seus usos ideológicos; o autor indica a urgente necessidade de regulação do trabalho em plataformas digitais.

Por último, Leonardo Parentoni examina a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) brasileira e evidencia as principais críticas contra a medida, ao passo que procura fornecer uma perspectiva diferente sobre o tema. Neste sentido, o autor optou por *“enxergar o copo meio cheio ao invés de meio vazio”*, considerando a ANPD como um avanço para o sistema brasileiro de proteção de dados.

O processo histórico de formação das leis e políticas que regulam os povos ciganos no Brasil é debatido por Phillipe Cupertino Salloum e Silva e Luiz Eduardo Figueira, que se debruçam sobre o anticiganismo e as permanências coloniais no Direito brasileiro, e como tais medidas repercutem na construção da condição jurídico-política do povo cigano no país.

O tema da liberdade religiosa na Espanha é abordado por Salvador Morales Ferrer, que analisa o assunto sob o prisma jurídico e por meio de uma incursão histórica, que remonta o início do século XIX até a Constituição da Segunda República, que estabelece a laicidade.

A concepção internacional das indicações geográficas (IGs) é relacionada por Janny Carrasco e Zadys Carrasco com o patrimônio cultural imaterial e o papel da terra, ao mesmo tempo em que expõe os desafios e oportunidades no contexto da legislação cubana, tomando como referência o caso Havana Club.

## Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

André Gonçalo Dias Pereira empreende um estudo sobre a Lei n.º 49/2018, de Portugal, que introduziu o regime do maior acompanhado, eliminando os institutos da interdição e da inabilitação, previstos no Código Civil. Para isso, o autor busca compreender as implicações em torno da convenção de Nova Iorque, que estabelece o regime jurídico do maior acompanhado, e a necessidade do consentimento para atos de saúde em Portugal.

Com o apoio dos autores dos textos aprovados para o presente número, a Revista da Faculdade de Direito da UFG pretende efetivar a contribuição para o conhecimento científico do campo dos estudos jurídicos contemporâneos.

Uma boa leitura a todos e todas!  
Os editores.